

# **CTB**

## **Código de Trânsito Brasileiro**

LEI Nº 9.503, DE 23 DE  
SETEMBRO DE 1997

### **Art.1º - Art.25**

## **QUESTÕES COMENTADAS E SEM COMENTÁRIOS.**

**Comentários Objetivos:  
Dicas - Resumos - Mnemônicos**

**Q2**

## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

### NOTA AO E-BOOK

Fala, pessoal! Tudo tranquilo?

Esse é o nosso e-book de **Código de Trânsito Brasileiro sobre o Art.1º até o Art.25!**

Nele englobamos as **principais bancas** de concursos públicos como CESPE, FCC, FGV, VUNESP, INSTITUTO AOCP e IBFC.

Falando um pouco da estrutura do nosso e-book ele se divide em duas partes:

- **1º parte do E-Book:** Questões sem comentários + gabarito no final do assunto.
- **2º parte do E-book:** Questões comentadas + gabarito.

Em relação as questões comentadas, cabe destacar que grande parte delas vêm com quadros **esquematizados, resumos, jurisprudência e pontos doutrinários** importantíssimos.

Além disso, as questões estão totalmente atualizadas!

Enfim! Tenho certeza de que esse e-book será essencial para sua aprovação!

## Questões Sem Comentários

### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

##### (Instituto Access/DETRAN-AC/2021)

**01) Nos termos do Código de Trânsito Brasileiro, assinale a afirmativa incorreta.**

- A) Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.
- B) O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.
- C) São vias terrestres urbanas e rurais as ruas, as avenidas, os logradouros, os caminhos, as passagens, as estradas e as rodovias, que terão seu uso regulamentado pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre elas, de acordo com as peculiaridades locais e as circunstâncias especiais.
- D) Os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito darão prioridade em suas ações à defesa da vida, nela incluída a preservação da saúde e do meio-ambiente.
- E) Os Governos estaduais e municipais respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.

##### (CPCON/Prefeitura de Sapé - PB/2020)

**02) O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se pela Lei Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Sendo assim, é CORRETO afirmar.**

- A) Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, subjetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.
- B) Considera-se trânsito a utilização das vias, exclusivamente, por pessoas e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.
- C) O trânsito, em condições seguras, é um direito de alguns e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.
- D) Os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito darão prioridade em suas ações à defesa da vida, nela incluída a preservação da saúde e do meio-ambiente.
- E) São consideradas vias terrestres as praias fechadas à circulação pública, as vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas e as vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo.

##### (IDIB/Prefeitura de Jaguaribe - CE/2020)

**03) Sobre as Disposições Preliminares do Código de Trânsito Brasileiro, assinale a alternativa correta.**

- A) O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código e pelas decisões normativas dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Trânsito.
- B) Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.
- C) O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito desde que dentro das possibilidades de cada integrante.
- D) Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, subjetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.

##### (OMNI/Prefeitura de Lençóis Paulista - SP /2021)

**04) De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/1997), são vias terrestres urbanas e rurais, exceto:**

- A) As praias abertas à circulação pública.
- B) Os caminhos.
- C) As vias de estacionamentos de estabelecimentos privados de uso individual.
- D) As ruas.

## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

(ADM&TEC/Prefeitura de Rio Largo - AL/2019)

**05) O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.**

(ADM&TEC/Prefeitura de Rio Largo - AL/2019)

**06) Considera-se trânsito a utilização das vias públicas por pessoas e veículos, isolados ou em grupos, conduzidos por motoristas qualificados, estritamente para fins de circulação e estacionamento.**

(Quadrix/CREA-TO/2019)

**07) Considerando o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), julgue o item.**

Veículos e condutores estrangeiros, circulando em vias terrestres nacionais, estão isentos da aplicação das disposições do CTB.

(Quadrix/CREA-TO/2019)

**08) Considerando o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), julgue o item.**

Vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas são consideradas como vias terrestres regidas pelo CTB.

(Quadrix/CREA-TO/2019)

**09) Considerando o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), julgue o item.**

O CTB rege o trânsito de qualquer natureza em todo o território nacional, ou seja, nas vias terrestres e marítimas, desde que abertas à circulação.

(CESPE/PRF/2020)

**10) Quanto às definições adotadas pela Lei n.º 9.503/1997, pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), pelo Manual M-015 e referências correlatas, julgue o item a seguir.**

A operação de carga e descarga feita por pessoas em via pública é considerada trânsito.

(CESPE/PRF/2019)

**11) Quanto às definições adotadas pela Lei n.º 9.503/1997, pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), pelo Manual M-015 e referências correlatas, julgue o item a seguir.**

Trânsito consiste na utilização das vias públicas por pessoas, veículos e animais.

(FCC/DETRAN-MA/2018)

**12) O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional é regido pelo Código de Trânsito Brasileiro – CTB. Nesse sentido, considere:**

**I. Ruas e avenidas sem pavimentação.**

**II. Caminhos e passagens.**

**III. Estradas e rodovias com sinalização horizontal.**

**IV. Praias abertas à circulação pública.**

**V. Vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo.**

**VI. Vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas.**

**São classificadas como vias terrestres as que constam em**

- A) I, II e VI, apenas.
- B) I, III, IV e V, apenas.
- C) II, III e IV, apenas.
- D) V e VI, apenas.
- E) I, II, III, IV, V e VI.

# Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

## CAPÍTULO II

### DO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO

(IDIB/Câmara de Gravatá - PE/2020)

13) Com base no Código de Trânsito Brasileiro, analise os itens abaixo:

- I. Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.
- II. Sistema Nacional de Trânsito é o conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que tem por finalidade o exercício das atividades de planejamento, administração, normatização, pesquisa, registro e licenciamento de veículos, formação, habilitação e reciclagem de condutores, educação, engenharia, operação do sistema viário, policiamento, fiscalização, julgamento de infrações e de recursos e aplicação de penalidades.
- III. Os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito darão prioridade em suas ações à defesa da vida, nela incluída a preservação da saúde e do meio-ambiente.

Assinale

- A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.

(CEV-URCA/Prefeitura de Crato - CE/2021)

14) A lei 9.503/97 institui o Código de Trânsito Brasileiro. Tomando por base tal lei e seus anexos, marque a alternativa INCORRETA.

- A) A preservação da saúde e do meio ambiente estão inclusas nas prioridades do Sistema Nacional de Trânsito.
- B) Considera-se trânsito a movimentação e imobilização de veículos, pessoas e animais nas vias terrestres.
- C) O Sistema Nacional de Trânsito tem por finalidade o registro e licenciamento de veículos, formação, habilitação e reciclagem de condutores.
- D) São vias terrestres urbanas as ruas, as avenidas, os logradouros, os caminhos, as passagens, as estradas e as rodovias, que terão seu uso regulamentado pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre elas, de acordo com as peculiaridades locais e as circunstâncias especiais.
- E) Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de má sinalização da via.

(IBFC/Câmara de Feira de Santana - BA/2018)

15) O conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que formam o Sistema Nacional de Trânsito, segundo o art 5º do Código de Trânsito Brasileiro, tem por finalidade o exercício das atividades, entre outras, de:

Leia as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta.

I. Registro e licenciamento de veículos.

II. Formação, habilitação e reciclagem de condutores.

III. Operação do sistema viário.

IV. Julgamento de infrações e de recursos.

V. Aplicação de penalidades.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I, II, III, IV e V.
- B) II, III e IV, apenas.
- C) I, III, IV e V, apenas.
- D) I, II, III e IV, apenas.

(IBFC/Emdec/2019)

16) Com relação ao Código de Trânsito Brasileiro, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

( ) Estabelecer diretrizes da Política Nacional de Trânsito, com vistas à segurança, à fluidez, ao conforto, à defesa ambiental e à educação para o trânsito, e fiscalizar seu cumprimento é um dos objetivos básicos do Sistema Nacional de Trânsito.

## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

( ) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão os respectivos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários, estabelecendo os limites circunscricionais de suas atuações.

( ) Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- A) F, F, V;
- B) V, V, F;
- C) V, V, V;
- D) V, F, F.

(IDIB/Prefeitura de Petrolina - PE/2019)

17) De acordo com a Lei nº 9.503/1997, são objetivos básicos do Sistema Nacional de Trânsito:

I. Estabelecer diretrizes da Política Nacional de Trânsito, com vistas à segurança, à fluidez, ao conforto, à defesa ambiental e à educação para o trânsito, e fiscalizar seu cumprimento.

II. Fixar, mediante normas e procedimentos, a padronização de critérios técnicos, financeiros e administrativos para a execução das atividades de trânsito.

III. Estabelecer a sistemática de fluxos permanentes de informações entre os seus diversos órgãos e entidades, a fim de facilitar o processo decisório e a integração do Sistema.

Analizados os itens, pode-se afirmar corretamente que:

- A) Todos os itens estão corretos.
- B) Apenas o item I está correto.
- C) Apenas o item II está correto.
- D) Apenas o item III está correto.
- E) Apenas os itens I e II estão corretos.

(IDIB/Prefeitura de Petrolina - PE/2019)

18) Com base no Código de Trânsito Brasileiro, assinale abaixo quais órgãos ou entidades não compõem o Sistema Nacional de Trânsito:

- A) As Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.
- B) Os órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- C) As Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal.
- D) O Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.
- E) A Polícia Ferroviária Federal.

(FCC/DETRAN-MA/2018)

19) Considere:

I. Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

II. Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI.

III. Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN.

IV. Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN.

V. Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.

VI. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

VII. Departamento de Estradas de Rodagem – DER.

São órgãos normativos e consultivos pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito os que constam APENAS em

- A) II, III e V.
- B) VI e VII.
- C) I, II, IV e V.
- D) III, VI e VII.
- E) I e IV.

(Quadrix/CREF - 13ª Região (BA-SE)/2018)

20) Com relação ao Sistema Nacional de Trânsito (SNT), julgue o próximo item.

## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

Compõem o SNT a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal e as Polícias Militares dos estados e do Distrito Federal.

(INSTITUTO AOCP/Prefeitura de João Pessoa - PB/2021)

**21) Com base no Art. 6º do CTB, dentre as seguintes alternativas, assinale a que corresponde a um dos objetivos básicos do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).**

- A) Criar o DENATRAN – conselho nacional de trânsito, coordenador do sistema e órgão máximo normativo e consultivo.
- B) Criar os órgãos e as entidades executivos de trânsito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- C) Criar as entidades e os órgãos executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- D) Criar a Polícia Rodoviária Federal e as Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal
- E) Fixar, mediante normas e procedimentos, a padronização de critérios técnicos, financeiros e administrativos para a execução das atividades de trânsito.

(CESPE/PRF/2019)

**22) Com relação ao Sistema Nacional de Trânsito, julgue o seguinte item.**

O CONTRAN é o órgão máximo executivo de trânsito da União, cabendo a coordenação máxima do Sistema Nacional de Trânsito ao Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN).

(Quadrix/CREF - 13ª Região (BA-SE)/2018)

**23) Com relação ao Sistema Nacional de Trânsito (SNT), julgue o próximo item.**

O SNT é um órgão subordinado ao Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

(INSTITUTO AOCP/ADAF - AM/2018)

**24) O Sistema Nacional de Trânsito é formado por vários órgãos, sendo que alguns são executivos e outros normativos. Assinale a alternativa que apresenta o órgão máximo normativo dos Estados.**

- A) DETRAN.
- B) CONTRANDIFE.
- C) SSP.
- D) CETRAN.
- E) PM.

(CESPE/PRF/2020)

**25) A respeito do Sistema Nacional de Trânsito, julgue o item seguinte.**

O Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) é o órgão normativo e deliberativo máximo do Sistema Nacional de Trânsito e é composto por representantes de determinados ministérios e presidido pelo dirigente do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN).

(CESPE/PRF/2021)

**26) Com relação ao Sistema Nacional de Trânsito (SNT), julgue o próximo item.**

Atualmente, o Sistema Nacional de Trânsito é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, órgão ao qual o Conselho Nacional de Trânsito está vinculado.

(FUNDATEC/Prefeitura de Santa Rosa - RS/2019)

**27) De acordo com o CTB, qual dos órgãos abaixo possui a competência de normatizar os procedimentos sobre aprendizagem, habilitação, expedição de documentos de condutores, e registro e licenciamento de veículos?**

- A) Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI.
- B) Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN.
- C) Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.
- D) Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.
- E) Conselhos Estaduais de Trânsito – CETRAN.

(VUNESP/Semae de Piracicaba - SP/2019)

**28) Estabelecer as normas regulamentares referidas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e as diretrizes da Política Nacional de Trânsito, bem como criar as Câmaras Temáticas, é competência do**

- A) DETRAN.
- B) CETRAN.
- C) CONTRANDIFE.
- D) CIRETRAN.
- E) CONTRAN.

(INSTITUTO AOCP/Câmara de Cabo de Santo Agostinho - PE/2019)

**29) As câmaras temáticas, órgãos técnicos vinculados ao CONTRAN, são integradas por especialistas e têm como principal objetivo**

- A) responder às consultas que lhe forem formuladas, relativas à aplicação da legislação de trânsito.

## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

B) estudar e oferecer sugestões e embasamentos técnicos sobre assuntos específicos para decisões daquele colegiado.

C) estabelecer as diretrizes do regimento das JARI

D) julgar recursos interpostos contra decisões.

(CESPE/PRF/2019)

**30) Com relação a fiscalização de trânsito, julgue o item a seguir.**

Entre as câmaras temáticas vinculadas ao CONTRAN estão a de assuntos veiculares e ambientais e a de segurança para o trânsito.

(CESPE/PRF/2021)

**31) Com relação ao Código de Trânsito Brasileiro, julgue o item seguinte.**

A Câmara Temática de Combate ao Transporte Ilícito de Drogas é uma das que compõem o Conselho Nacional de Trânsito.

(FCC/DETRAN-MA/2018)

**32) Considere:**

**I. Julgar os recursos interpostos pelos infratores.**

**II. Solicitar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma melhor análise da situação recorrida.**

**III. Encaminhar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações sobre problemas observados nas autuações e apontados em recursos, e que se repitam sistematicamente.**

**IV. Estimular e orientar a execução de campanhas educativas de trânsito.**

**V. Acompanhar e coordenar as atividades de administração, educação, registro e licenciamento dos veículos.**

**São de competência das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI o que se afirma APENAS em**

A) I, II e IV.

B) I, III e V.

C) I, II e III.

D) II, IV e V.

E) III, IV e V.

(VUNESP/Prefeitura de Itapevi - SP/2019)

**33) Integrante do Sistema Nacional de Trânsito, as JARIS têm a seguinte função:**

A) cuidar da fiscalização das rodovias federais, em convênio com a Polícia Rodoviária Federal.

B) elaborar diretrizes para a Política Nacional de Educação no Trânsito.

C) supervisionar o processo de habilitação de condutores em parceria com as CIRETRANS.

D) atualizar a sinalização de segurança de trânsito em conjunto com o CONTRAN.

E) julgar recursos interpostos pelos infratores contra penalidades impostas pelos órgãos executivos de trânsito.

(IBFC/Emdec/2019)

**34) O Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9503/1997, na Seção II do Capítulo II apresenta a composição e a competência do Sistema Nacional de Trânsito. Complete a lacuna do texto do Art. 16 a seguir.**

**“Junto a cada órgão ou entidade executivos de trânsito ou rodoviário funcionário \_\_\_\_\_, órgãos colegiados responsáveis pelo julgamento dos recursos interpostos contra penalidades por eles impostas.**

**Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.**

A) Conselhos Estaduais de Trânsito (CETTRAN);

B) Entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

C) Entidades executivos de trânsito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

D) Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI).

(VUNESP/Semae de Piracicaba - SP/2019)

**35) Dirimir conflitos sobre circunscrição e competência de trânsito no âmbito dos Municípios, de acordo com o artigo 14 do CTB, é competência**

A) do CIRETRAN.

B) do CETTRAN

C) da Câmara Temática do Município.

D) da Engenharia de Tráfego.

E) da Câmara Municipal.



## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

(IBFC/Prefeitura de Cruzeiro do Sul - AC/2019)

**36) O Artigo 14 do Código de Trânsito Brasileiro indica as competências a serem exercidas pelos Conselhos Estaduais de Trânsito (CETTRAN) e ao Conselho de Trânsito do Distrito Federal (CONTRANDIFE). Dentre essas competências listadas, uma delas não faz parte das atribuições desses conselhos. Assinale a alternativa incorreta.**

- A) julgar os recursos interpostos pelos infratores.
- B) elaborar normas no âmbito das respectivas competências.
- C) responder a consultas relativas à aplicação da legislação e dos procedimentos normativos de trânsito.
- D) estimular e orientar a execução de campanhas educativas de trânsito.

(CESPE/PRF/2020)

**37) A respeito do Sistema Nacional de Trânsito, julgue o item seguinte.**

A Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI) é um colegiado vinculado ao órgão aplicador de penalidade e tem competência para julgar recursos contra penalidades aplicadas por esse órgão.

(VUNESP/Prefeitura de Serrana - SP/2018)

**38) Ao DENATRAN, Departamento Estadual de Trânsito, cabe entre outras atribuições, a de**

- A) legislar sobre os modelos de placas dos veículos.
- B) expedir a Carteira Nacional de Habilitação.
- C) alterar resoluções regulamentadas pelo CONTRAN.
- D) alterar os artigos dos crimes de trânsito.
- E) estabelecer critérios para padrões de placas de regulamentação.

(FCC/DETRAN-SP/2019)

**39) Uma das competências do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) é:**

- A) julgar os recursos interpostos contra decisões das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI).
- B) estabelecer as diretrizes do regimento das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI).
- C) proceder à supervisão, à coordenação, à correição dos órgãos delegados, ao controle e à fiscalização da execução da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito.
- D) organizar e manter o Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM).
- E) supervisionar a implantação de projetos e programas relacionados com a engenharia, educação, administração, policiamento e fiscalização de trânsito e outras, visando à uniformidade de procedimentos.

(Quadrix/CRMV-AM/2020)

**40) Com base na Lei n.º 9.503/1997, julgue o item.**

Compete ao Contran efetuar o levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas.

(Quadrix/CRMV-AM/2020)

**41) Com base na Lei n.º 9.503/1997, julgue o item.**

Compete à Polícia Rodoviária Federal, no âmbito das rodovias federais, realizar o patrulhamento ostensivo.

(CESPE/PRF/2019)

**42) Com relação ao Sistema Nacional de Trânsito, julgue o seguinte item.**

A Polícia Rodoviária Federal integra o Sistema Nacional de Trânsito, competindo-lhe, no âmbito das rodovias e estradas federais, implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito.

(FCC/DETRAN-SP/2019)

**43) De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, compete aos Conselhos Estaduais de Trânsito (CETTRAN) e ao Conselho de Trânsito do Distrito Federal (CONTRANDIFE)**

- A) implementar as medidas da Política Nacional de Trânsito e de Educação de Trânsito.
- B) efetuar levantamento de locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas.
- C) encaminhar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações sobre problemas observados nas autuações e apontados em recursos.
- D) supervisionar a implantação de projetos e programas relacionados com a engenharia, educação, administração, policiamento e fiscalização do trânsito e outros, visando à uniformidade de procedimento.
- E) estimular e orientar a execução de campanhas educativas de trânsito.

(VUNESP/Prefeitura de São Bernardo do Campo - SP/2018)

**44) De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, compete ao CONTRAN**

- A) estabelecer e normatizar os procedimentos para a aplicação das multas por infrações, a arrecadação e o repasse dos valores arrecadados.
- B) credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos.
- C) dirimir conflitos sobre circunscrição e competência de trânsito no âmbito dos Municípios.

## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

D) indicar um representante para compor a comissão examinadora de candidatos portadores de deficiência física à habilitação para conduzir veículos automotores.

E) efetuar levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas.

(CESPE/PRF/2019)

**45) Durante uma fiscalização do transporte rodoviário de produtos perigosos, um caminhão de transporte de carga não fracionada, vazio e não descontaminado, foi parado pelo policial rodoviário federal para uma fiscalização de rotina. O caminhão com peso bruto total (PBT) acima de 3,5 t transportou gasolina tipo A do terminal de combustível para a base da empresa distribuidora de combustível e voltava para novo carregamento por uma rodovia federal.**

**A partir dessa situação hipotética, julgue o próximo item.**

A PRF e a ANTT têm a incumbência da fiscalização do transporte rodoviário de produtos perigosos.

(Quadrix/CRMV-AM/2020)

**46) Com base na Lei n.º 9.503/1997, julgue o item.**

A execução da fiscalização de trânsito compete exclusivamente às polícias militares.

(FUNDATEC/Prefeitura de Santa Rosa - RS/2019)

**47) Marlon é policial militar estadual. Segundo o CTB, qual das competências a seguir é atribuída a ele?**

A) Aprovar, complementar ou alterar os dispositivos de sinalização e os dispositivos e equipamentos de trânsito.

B) Indicar um representante para compor a comissão examinadora de candidatos portadores de deficiência física à habilitação para conduzir veículos automotores.

C) Apurar, prevenir e reprimir a prática de atos de improbidade contra a fé pública, o patrimônio, ou a administração pública ou privada, referentes à segurança do trânsito.

D) Coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal.

E) Executar a fiscalização de trânsito, quando e conforme convênio firmado, como agente do órgão ou entidade executivos de trânsito ou executivos rodoviários, concomitantemente com os demais agentes credenciados.

(VUNESP/Prefeitura de Itapevi - SP/2019)

**48) As alterações do artigo 24, do CTB, feitas pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e Lei n.º 13.281, acrescentaram para o órgão ou entidade de trânsito dos Municípios a competência de executar a fiscalização de infrações de**

A) circulação, estacionamento e parada.

B) circulação, estacionamento e parada em estacionamentos de edificações de uso público e edificações privadas de uso coletivo.

C) uso de vagas reservadas às pessoas obesas e gestantes em estacionamentos de edificações de uso público e edificações privadas de uso coletivo.

D) uso de vagas reservadas em estacionamentos de edificações de uso público e edificações privadas de uso coletivo.

E) uso de vagas reservadas às pessoas com deficiência em estacionamentos de edificações de uso público e edificações privadas de uso coletivo.

(FCC/DETRAN-MA/2018)

**49) Atenção: A questão está alicerçada na Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, consideradas as alterações posteriores e principais Resoluções.**

**Entre outras atribuições, compete aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, no âmbito de sua circunscrição,**

A) implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias.

B) credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível.

C) planejar e implantar medidas para redução de circulação de veículos e reorientação do tráfego, com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes.

D) conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal.

E) comunicar ao órgão executivo de trânsito da União a suspensão e a cassação do direito de dirigir e o recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação.

(VUNESP/Prefeitura de Itapevi - SP/2019)

**50) Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos municípios, no âmbito de sua circunscrição:**

A) executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis, por infrações de circulação, estacionamento e parada.

B) assegurar a livre circulação de veículos nas rodovias federais.

C) estabelecer procedimentos sobre a expedição de documentos de condutores.

D) opinar sobre assuntos relacionados ao trânsito interestadual e internacional.

@Quebrandoquestões

## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

E) alterar os manuais e normas de projetos de implementação da sinalização aprovados pelo CONTRAN.

(IBFC/Prefeitura de Cabo de Santo Agostinho - PE/2019)

**51) O Código de Trânsito Brasileiro, em seu Artigo 24, publica que compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições. Acerca da competência dos órgãos de trânsito do Município, analise as afirmativas abaixo.**

**I. Implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário.**

**II. Implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito junto ao Poder Legislativo para minimizar problemas de acidentes nas vias.**

**III. Coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas.**

**Assinale a alternativa correta.**

A) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.

C) Apenas a afirmativa I está correta.

D) Apenas a afirmativa III está correta.

(INSTITUTO AOCP/ADAF-AM/2018)

**52) É correto afirmar que compete à Polícia Militar**

A) planejar, projetar e regulamentar o trânsito nos municípios.

B) implantar o sistema de estacionamento rotativo.

C) registrar e licenciar veículos.

D) executar a fiscalização de trânsito, quando e conforme convênio firmado, como agente do órgão ou entidade executivos de trânsito ou executivos rodoviários.

E) aplicar medidas para redução de poluentes.

(IBFC/Prefeitura de Vinhedo - SP/2020)

**53) De acordo com as disposições do Código de Trânsito Brasileiro, sobre as competências dos órgãos e entidades executivos de trânsito dos municípios, no âmbito de sua circunscrição, analise as afirmativas abaixo.**

**I. Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições.**

**II. Planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas.**

**III. Fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar.**

**Estão corretas as afirmativas:**

A) I e III apenas

B) II apenas

C) II e III apenas

D) I, II e III.

(CESPE/PRF/2020)

**54) A respeito do Sistema Nacional de Trânsito, julgue o item seguinte.**

O órgão executivo rodoviário é previsto em todas as esferas (federal, estadual, distrital e municipal), e suas atribuições são comuns, diferenciando-se apenas a circunscrição onde são executadas.

(CESPE/PRF/2020)

**55) A respeito do Sistema Nacional de Trânsito, julgue o item seguinte.**

Constitui competência da PRF fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido em lei, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais.

(CESPE/PRF/2020)

**56) Considerando a legislação de trânsito brasileira, julgue o item a seguir.**

A PRF deve promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

(Quadrix/CRECI - 14ª Região (MS)/2021)

**57) Acerca da legislação de trânsito, julgue o item.**

Compete aos órgãos e às entidades executivos de trânsito dos municípios, no âmbito de sua circunscrição, implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias.

## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

(Quadrix/CRECI - 14ª Região (MS)/2021)

**58) Acerca da legislação de trânsito, julgue o item.**

Compete à Polícia Rodoviária Federal implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito.

(CESPE/PRF/2021)

**59) Considerando as resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e suas alterações, julgue o item que se segue.**

A fiscalização de trânsito por videomonitoramento independe de sinalização na via e, em caso de infração, a autoridade ou o agente de trânsito responsável pela lavratura de auto de infração deve indicar, no campo observação, informações relativas ao modo de constatação da referida infração.

(CESPE/PRF/2021)

**60) Considerando as resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e suas alterações, julgue o item que se segue.**

Para a medição de velocidade de veículos automotores elétricos, reboques e semirreboques em rodovias, utilizam-se medidores de velocidade do tipo fixo; entre estes, somente o medidor de velocidade do tipo fixo redutor deve obrigatoriamente ser dotado de display.

(CESPE/PRF/2021)

**61) Considerando as resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e suas alterações, julgue o item que se segue.**

Como os reboques e os semirreboques são identificados somente por placa de identificação veicular (PIV) traseira, caso seja necessário, veículos equipados com engates para reboques ou com carroceria intercambiável deverão obrigatoriamente usar uma segunda PIV traseira.

(CESPE/PRF/2021)

**62) Ainda com relação às resoluções do CONTRAN e suas alterações, julgue o item subsequente.**

Infração de trânsito concomitante é aquela em que o cometimento de uma infração tem como pressuposto o cometimento de outra.

(CESPE/PRF/2021)

**63) Ainda com relação às resoluções do CONTRAN e suas alterações, julgue o item subsequente.**

A circulação de veículos em via pode ocorrer a título precário, sendo vedado o transporte de passageiro que esteja em pé no veículo ou que tenha menos de dezoito anos de idade no caso de transporte de passageiros em veículos de carga ou misto.

(VUNESP/Prefeitura de Ilhabela - SP/2020)

**64) A Lei Federal nº 9.503 de 23.09.1997 definiu as atribuições dos órgãos municipais de trânsito. Dentre elas:**

- A) estabelecer procedimentos sobre a aprendizagem e habilitação de condutores de veículos, a expedição de documentos de condutores, de registro e licenciamento de veículos.
- B) realizar, fiscalizar e controlar o processo de formação, aperfeiçoamento, reciclagem de condutores.
- C) comunicar ao órgão executivo de trânsito da União a suspensão do direito de dirigir e o recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação.
- D) implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias.
- E) implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário no sistema viário de interesse metropolitano.

(CESPE/PRF/2021)

**65) Com relação ao Código de Trânsito Brasileiro, julgue o item seguinte.**

De acordo com as diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Trânsito, promover e participar de projetos e programas de educação e segurança é uma das competências da Polícia Rodoviária Federal.

## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

Gabarito					
1	E	46	E		
2	D	47	E		
3	B	48	D		
4	C	49	E		
5	C	50	A		
6	E	51	A		
7	E	52	D		
8	C	53	D		
9	E	54	C		
10	C	55	C		
11	C	56	C		
12	E	57	C		
13	D	58	C		
14	D	59	E		
15	A	60	C		
16	C	61	C		
17	A	62	E		
18	D	63	E		
19	E	64	D		
20	E	65	C		
21	E				
22	E				
23	E				
24	D				
25	E				
26	E				
27	D				
28	E				
29	B				
30	C				
31	E				
32	C				
33	E				
34	D				
35	B				
36	A				
37	C				
38	B				
39	B				
40	E				
41	C				
42	C				
43	E				
44	A				
45	C				

## Questões Com Comentários

### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

(Instituto Access/DETRAN-AC/2021)

**01) Nos termos do Código de Trânsito Brasileiro, assinale a afirmativa incorreta.**

A) Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

B) O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.

C) São vias terrestres urbanas e rurais as ruas, as avenidas, os logradouros, os caminhos, as passagens, as estradas e as rodovias, que terão seu uso regulamentado pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre elas, de acordo com as peculiaridades locais e as circunstâncias especiais.

D) Os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito darão prioridade em suas ações à defesa da vida, nela incluída a preservação da saúde e do meio-ambiente.

E) Os Governos estaduais e municipais respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.

**Comentário:**

Letra A: Correta.

CTB/97. Art. 1º. § 1º Considera-se **trânsito a utilização das vias** por pessoas, veículos e animais, **isolados ou em grupos, conduzidos ou não**, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

Letra B: Correta.

CTB/97. Art. 1º. § 2º O trânsito, em condições seguras, é um **direito de todos e dever dos órgãos e entidades** componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.

Letra C: Correta.

CTB/97. Art. 2º São **vias terrestres urbanas e rurais** as ruas, as avenidas, os logradouros, os caminhos, as passagens, as estradas e as rodovias, que terão seu uso **regulamentado pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre elas**, de acordo com as peculiaridades locais e as circunstâncias especiais.

Letra D: Correta.

CTB/97. Art. 1º § 5º Os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito **darão prioridade** em suas ações à defesa da vida, nela **incluída a preservação da saúde e do meio-ambiente**.

Letra E: Errada.

CTB/97. Art. 1º § 3º Os **órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito** respondem, no âmbito das respectivas competências, **objetivamente**, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.

**Gabarito:** Letra E.

(CPCON/Prefeitura de Sapé - PB/2020)

**02) O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se pela Lei Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Sendo assim, é CORRETO afirmar.**

## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

- A) Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, subjetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.
- B) Considera-se trânsito a utilização das vias, exclusivamente, por pessoas e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.
- C) O trânsito, em condições seguras, é um direito de alguns e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.
- D) Os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito darão prioridade em suas ações à defesa da vida, nela incluída a preservação da saúde e do meio-ambiente.
- E) São consideradas vias terrestres as praias fechadas à circulação pública, as vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas e as vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo.

---

### Comentário:

Letra A: Errada.

CTB/97. Art. 1º § 3º Os **órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito** respondem, no âmbito das respectivas competências, **objetivamente**, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.

Letra B: Errada.

CTB/97. Art. 1º. § 1º Considera-se **trânsito a utilização das vias** por pessoas, veículos e animais, **isolados ou em grupos, conduzidos ou não**, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

Letra C: Errada.

CTB/97. Art. 1º. § 2º O trânsito, em condições seguras, é um **direito de todos e dever dos órgãos e entidades** componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.

Letra D: Correta.

CTB/97. Art. 1º § 5º Os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito **darão prioridade** em suas ações à defesa da vida, nela **incluída a preservação da saúde e do meio-ambiente**.

Letra E: Errada.

CTB/97. Art. 2º Parágrafo único. Para os efeitos deste Código, são consideradas vias terrestres as praias abertas à circulação pública, as vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas e as vias e áreas de estacionamento de **estabelecimentos privados de uso coletivo**.

**Gabarito:** Letra D.

(IDIB/Prefeitura de Jaguaribe - CE/2020)

**03) Sobre as Disposições Preliminares do Código de Trânsito Brasileiro, assinale a alternativa correta.**

- A) O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código e pelas decisões normativas dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Trânsito.
- B) Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.
- C) O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito desde que dentro das possibilidades de cada integrante.
- D) Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, subjetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.

---

**Comentário:**

## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

Letra A: Errada.

CTB/97. Art. 1º O **trânsito de qualquer natureza** nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código.

Letra B: Correta.

CTB/97. Art. 1º. § 1º Considera-se **trânsito a utilização das vias** por pessoas, veículos e animais, **isolados ou em grupos, conduzidos ou não**, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

Letra C: Errada.

CTB/97. Art. 1º. § 2º O trânsito, em condições seguras, é um **direito de todos e dever dos órgãos e entidades** componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.

Letra D: Errada.

CTB/97. Art. 1º § 3º Os **órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito** respondem, no âmbito das respectivas competências, **objetivamente**, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.

**Gabarito:** Letra B.

(OMNI/Prefeitura de Lençóis Paulista - SP /2021)

**04) De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/1997), são vias terrestres urbanas e rurais, exceto:**

- A) As praias abertas à circulação pública.
- B) Os caminhos.
- C) As vias de estacionamentos de estabelecimentos privados de uso individual.
- D) As ruas.

**Comentário:**

CTB/97. Art. 2º São **vias terrestres urbanas e rurais** as ruas, as avenidas, os logradouros, os caminhos, as passagens, as estradas e as rodovias, que terão seu uso **regulamentado pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre elas**, de acordo com as peculiaridades locais e as circunstâncias especiais.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Código, são consideradas vias terrestres as praias abertas à circulação pública, as vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas e as vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo.

**Gabarito:** Letra C.

(ADM&TEC/Prefeitura de Rio Largo - AL/2019)

**05) O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.**

**Comentário:**

CTB/97. Art. 1º. § 2º O trânsito, em condições seguras, é um **direito de todos e dever dos órgãos e entidades** componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.

**Gabarito:** Correto.

(ADM&TEC/Prefeitura de Rio Largo - AL/2019)

**06) Considera-se trânsito a utilização das vias públicas por pessoas e veículos, isolados ou em grupos, conduzidos por motoristas qualificados, estritamente para fins de circulação e estacionamento.**

**Comentário:**



## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

CTB/97. Art. 1º. § 1º Considera-se **trânsito a utilização das vias** por pessoas, veículos e animais, **isolados ou em grupos, conduzidos ou não**, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

**Gabarito:** Errado.

(Quadrix/CREA-TO/2019)

**07) Considerando o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), julgue o item.**

Veículos e condutores estrangeiros, circulando em vias terrestres nacionais, estão isentos da aplicação das disposições do CTB.

**Comentário:**

CTB/97. Art. 3º As disposições deste Código são **aplicáveis a qualquer veículo**, bem como aos proprietários, condutores dos veículos nacionais ou estrangeiros e às pessoas nele expressamente mencionadas.

**Gabarito:** Errado.

(Quadrix/CREA-TO/2019)

**08) Considerando o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), julgue o item.**

Vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas são consideradas como vias terrestres regidas pelo CTB.

**Comentário:**

CTB/97. Art. 2º São **vias terrestres urbanas e rurais** as ruas, as avenidas, os logradouros, os caminhos, as passagens, as estradas e as rodovias, que terão seu uso **regulamentado pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre elas**, de acordo com as peculiaridades locais e as circunstâncias especiais.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Código, são consideradas vias terrestres as praias abertas à circulação pública, as **vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas** e as vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo.

**Gabarito:** Correto.

(Quadrix/CREA-TO/2019)

**09) Considerando o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), julgue o item.**

O CTB rege o trânsito de qualquer natureza em todo o território nacional, ou seja, nas vias terrestres e marítimas, desde que abertas à circulação.

**Comentário:**

CTB/97. Art. 1º O **trânsito de qualquer natureza** nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código.

CTB/97. Art. 2º São **vias terrestres urbanas e rurais** as ruas, as avenidas, os logradouros, os caminhos, as passagens, as estradas e as rodovias, que terão seu uso **regulamentado pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre elas**, de acordo com as peculiaridades locais e as circunstâncias especiais.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Código, são consideradas vias terrestres as praias abertas à circulação pública, as vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas e as vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo.

**Gabarito:** Errado.

(CESPE/PRF/2020)

**10) Quanto às definições adotadas pela Lei n.º 9.503/1997, pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), pelo Manual M-015 e referências correlatas, julgue o item a seguir.**

A operação de carga e descarga feita por pessoas em via pública é considerada trânsito.

**Comentário:**

CTB/97. Art. 1º. § 1º Considera-se **trânsito a utilização das vias** por pessoas, veículos e animais, **isolados ou em grupos, conduzidos ou não**, para fins de circulação, parada, estacionamento e **operação de carga ou descarga**.

**Gabarito:** Correto.

## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

(CESPE/PRF/2019)

11) Quanto às definições adotadas pela Lei n.º 9.503/1997, pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), pelo Manual M-015 e referências correlatas, julgue o item a seguir.

Trânsito consiste na utilização das vias públicas por pessoas, veículos e animais.

**Comentário:**

CTB/97. Art. 1º. § 1º Considera-se **trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais**, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

**Gabarito:** Correto.

(FCC/DETRAN-MA/2018)

12) O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional é regido pelo Código de Trânsito Brasileiro – CTB. Nesse sentido, considere:

I. Ruas e avenidas sem pavimentação.

II. Caminhos e passagens.

III. Estradas e rodovias com sinalização horizontal.

IV. Praias abertas à circulação pública.

V. Vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo.

VI. Vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas.

São classificadas como vias terrestres as que constam em

A) I, II e VI, apenas.

B) I, III, IV e V, apenas.

C) II, III e IV, apenas.

D) V e VI, apenas.

E) I, II, III, IV, V e VI.

**Comentário:**

CTB/97. Art. 2º São **vias terrestres urbanas e rurais** as ruas, as avenidas, os logradouros, os caminhos, as passagens, as estradas e as rodovias, que terão seu uso **regulamentado pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre elas**, de acordo com as peculiaridades locais e as circunstâncias especiais.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Código, são consideradas vias terrestres as praias abertas à circulação pública, as vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas e as vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo.

**Gabarito:** Letra E.

# Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

## CAPÍTULO II

### DO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO

(IDIB/Câmara de Gravatá - PE/2020)

13) Com base no Código de Trânsito Brasileiro, analise os itens abaixo:

I. Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

II. Sistema Nacional de Trânsito é o conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que tem por finalidade o exercício das atividades de planejamento, administração, normatização, pesquisa, registro e licenciamento de veículos, formação, habilitação e reciclagem de condutores, educação, engenharia, operação do sistema viário, policiamento, fiscalização, julgamento de infrações e de recursos e aplicação de penalidades.

III. Os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito darão prioridade em suas ações à defesa da vida, nela incluída a preservação da saúde e do meio-ambiente.

**Assinale**

- A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**Comentário:**

Item I: Correto.

CTB/97. Art. 1º. § 1º Considera-se **trânsito** a **utilização das vias** por pessoas, veículos e animais, **isolados ou em grupos, conduzidos ou não**, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

Item II: Correto.

Art. 5º O **Sistema Nacional de Trânsito** é o conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que tem por **finalidade** o exercício das atividades de planejamento, administração, normatização, pesquisa, registro e licenciamento de veículos, formação, habilitação e reciclagem de condutores, educação, engenharia, operação do sistema viário, policiamento, fiscalização, julgamento de infrações e de recursos e aplicação de penalidades.

Item III: Correto.

CTB/97. Art. 1º § 5º Os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito **darão prioridade** em suas ações à defesa da vida, nela **incluída a preservação da saúde e do meio-ambiente**.

**Gabarito:** Letra D.

(CEV-URCA/Prefeitura de Crato - CE/2021)

14) A lei 9.503/97 institui o Código de Trânsito Brasileiro. Tomando por base tal lei e seus anexos, marque a alternativa **INCORRETA**.

- A) A preservação da saúde e do meio ambiente estão inclusas nas prioridades do Sistema Nacional de Trânsito.
- B) Considera-se trânsito a movimentação e imobilização de veículos, pessoas e animais nas vias terrestres.
- C) O Sistema Nacional de Trânsito tem por finalidade o registro e licenciamento de veículos, formação, habilitação e reciclagem de condutores.
- D) São vias terrestres urbanas as ruas, as avenidas, os logradouros, os caminhos, as passagens, as estradas e as rodovias, que terão seu uso regulamentado pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre elas, de acordo com as peculiaridades locais e as circunstâncias especiais.
- E) Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de má sinalização da via.

**Comentário:**

Letra A: Correta.

CTB/97. Art. 1º § 5º Os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito **darão prioridade** em suas ações à defesa da vida, nela **incluída a preservação da saúde e do meio-ambiente**.

## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

Letra B: Correta.

CTB/97. Art. 1º. § 1º Considera-se **trânsito a utilização das vias** por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

Letra C: Correta.

CTB/97. Art. 5º O **Sistema Nacional de Trânsito** é o conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que tem por **finalidade** o exercício das atividades de planejamento, administração, normatização, pesquisa, registro e licenciamento de veículos, formação, habilitação e reciclagem de condutores, educação, engenharia, operação do sistema viário, policiamento, fiscalização, julgamento de infrações e de recursos e aplicação de penalidades.

Letra D: Errada.

CTB/97. Art. 2º São **vias terrestres urbanas e rurais** as ruas, as avenidas, os logradouros, os caminhos, as passagens, as estradas e as rodovias, que terão seu uso **regulamentado pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre elas**, de acordo com as peculiaridades locais e as circunstâncias especiais.

Letra E: Correta.

CTB/97. Art. 1º § 3º Os **órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito** respondem, no âmbito das respectivas competências, **objetivamente**, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.

**Gabarito:** Letra D.

(IBFC/Câmara de Feira de Santana - BA/2018)

**15) O conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que formam o Sistema Nacional de Trânsito, segundo o art 5º do Código de Trânsito Brasileiro, tem por finalidade o exercício das atividades, entre outras, de:**

Leia as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta.

I. Registro e licenciamento de veículos.

II. Formação, habilitação e reciclagem de condutores.

III. Operação do sistema viário.

IV. Julgamento de infrações e de recursos.

V. Aplicação de penalidades.

**Estão corretas as afirmativas:**

- A) I, II, III, IV e V.
- B) II, III e IV, apenas.
- C) I, III, IV e V, apenas.
- D) I, II, III e IV, apenas.

**Comentário:**

CTB/97. Art. 5º O **Sistema Nacional de Trânsito** é o conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que tem por **finalidade** o exercício das atividades de planejamento, administração, normatização, pesquisa, registro e licenciamento de veículos, formação, habilitação e reciclagem de condutores, educação, engenharia, operação do sistema viário, policiamento, fiscalização, julgamento de infrações e de recursos e aplicação de penalidades.

**Gabarito:** Letra A.

(IBFC/Emdec/2019)

@Quebrandoquestões

**Q2**

## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

16) Com relação ao Código de Trânsito Brasileiro, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

( ) Estabelecer diretrizes da Política Nacional de Trânsito, com vistas à segurança, à fluidez, ao conforto, à defesa ambiental e à educação para o trânsito, e fiscalizar seu cumprimento é um dos objetivos básicos do Sistema Nacional de Trânsito.

( ) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão os respectivos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários, estabelecendo os limites circunscricionais de suas atuações.

( ) Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

A) F, F, V;

B) V, V, F;

C) V, V, V;

D) V, F, F.

**Comentário:**

CTB/97. Art. 6º São **objetivos básicos** do Sistema Nacional de Trânsito:

I - **estabelecer diretrizes da Política Nacional de Trânsito, com vistas à segurança, à fluidez, ao conforto, à defesa ambiental e à educação para o trânsito, e fiscalizar seu cumprimento;**

II - fixar, mediante normas e procedimentos, a padronização de critérios técnicos, financeiros e administrativos para a execução das atividades de trânsito;

III - estabelecer a sistemática de fluxos permanentes de informações entre os seus diversos órgãos e entidades, a fim de facilitar o processo decisório e a integração do Sistema.

CTB/97. Art. 8º Os **Estados, o Distrito Federal e os Municípios** organizarão os respectivos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos **rodoviários**, estabelecendo os limites circunscricionais de suas atuações.

CTB/97. Art. 1º. § 1º Considera-se **trânsito a utilização das vias** por pessoas, veículos e animais, **isolados ou em grupos, conduzidos ou não**, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

**Gabarito:** Letra C.

(IDIB/Prefeitura de Petrolina - PE/2019)

17) De acordo com a Lei nº 9.503/1997, são objetivos básicos do Sistema Nacional de Trânsito:

I. Estabelecer diretrizes da Política Nacional de Trânsito, com vistas à segurança, à fluidez, ao conforto, à defesa ambiental e à educação para o trânsito, e fiscalizar seu cumprimento.

II. Fixar, mediante normas e procedimentos, a padronização de critérios técnicos, financeiros e administrativos para a execução das atividades de trânsito.

III. Estabelecer a sistemática de fluxos permanentes de informações entre os seus diversos órgãos e entidades, a fim de facilitar o processo decisório e a integração do Sistema.

Analizados os itens, pode-se afirmar corretamente que:

A) Todos os itens estão corretos.

B) Apenas o item I está correto.

C) Apenas o item II está correto.

D) Apenas o item III está correto.

E) Apenas os itens I e II estão corretos.

**Comentário:**

CTB/97. Art. 6º São **objetivos básicos** do Sistema Nacional de Trânsito:

I - estabelecer diretrizes da Política Nacional de Trânsito, com vistas à segurança, à fluidez, ao conforto, à defesa ambiental e à educação para o trânsito, e fiscalizar seu cumprimento;

## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

II - fixar, mediante normas e procedimentos, a padronização de critérios técnicos, financeiros e administrativos para a execução das atividades de trânsito;

III - estabelecer a sistemática de fluxos permanentes de informações entre os seus diversos órgãos e entidades, a fim de facilitar o processo decisório e a integração do Sistema.

**Gabarito:** Letra A.

(IDIB/Prefeitura de Petrolina - PE/2019)

**18) Com base no Código de Trânsito Brasileiro, assinale abaixo quais órgãos ou entidades não compõem o Sistema Nacional de Trânsito:**

- A) As Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.
- B) Os órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- C) As Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal.
- D) O Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.
- E) A Polícia Ferroviária Federal.

**Comentário:**

CTB/97. Art. 7º **Compõem o Sistema Nacional de Trânsito** os seguintes órgãos e entidades:

I - **o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN**, coordenador do Sistema e órgão máximo normativo e consultivo;

II - os **Conselhos Estaduais de Trânsito - CETRAN** e o Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE, órgãos normativos, consultivos e coordenadores;

III - os **órgãos e entidades executivos de trânsito** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

IV - **os órgãos e entidades executivos rodoviários** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

V - a **Polícia Rodoviária Federal**;

VI - **as Polícias Militares** dos Estados e do Distrito Federal; e

VII - **as Juntas Administrativas** de Recursos de Infrações - JARI.

**Gabarito:** Letra D.

(FCC/DETRAN-MA/2018)

**19) Considere:**

I. Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

II. Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI.

III. Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN.

IV. Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN.

V. Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.

VI. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

VII. Departamento de Estradas de Rodagem – DER.

São órgãos normativos e consultivos pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito os que constam **APENAS** em

- A) II, III e V.
- B) VI e VII.
- C) I, II, IV e V.
- D) III, VI e VII.
- E) I e IV.

**Comentário:**

## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

CTB/97. Art. 7º **Compõem o Sistema Nacional de Trânsito** os seguintes órgãos e entidades:

I - o **Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN**, coordenador do Sistema e **órgão máximo normativo e consultivo**;

II - os **Conselhos Estaduais de Trânsito - CETRAN** e o Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE, órgãos **normativos, consultivos** e coordenadores;

**Gabarito:** Letra E.

(Quadrix/CREF - 13ª Região (BA-SE)/2018)

**20) Com relação ao Sistema Nacional de Trânsito (SNT), julgue o próximo item.**

Compõem o SNT a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal e as Polícias Militares dos estados e do Distrito Federal.

**Comentário:**

CTB/97. Art. 7º **Compõem o Sistema Nacional de Trânsito** os seguintes órgãos e entidades:

V - a **Polícia Rodoviária Federal**;

VI - as **Polícias Militares** dos Estados e do Distrito Federal; e

**Gabarito:** Errado.

(INSTITUTO AOCP/Prefeitura de João Pessoa - PB/2021)

**21) Com base no Art. 6º do CTB, dentre as seguintes alternativas, assinale a que corresponde a um dos objetivos básicos do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).**

A) Criar o DENATRAN – conselho nacional de trânsito, coordenador do sistema e órgão máximo normativo e consultivo.

B) Criar os órgãos e as entidades executivos de trânsito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

C) Criar as entidades e os órgãos executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

D) Criar a Polícia Rodoviária Federal e as Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal

E) Fixar, mediante normas e procedimentos, a padronização de critérios técnicos, financeiros e administrativos para a execução das atividades de trânsito.

**Comentário:**

CTB/97. Art. 6º São **objetivos básicos** do Sistema Nacional de Trânsito:

I - estabelecer diretrizes da Política Nacional de Trânsito, com vistas à segurança, à fluidez, ao conforto, à defesa ambiental e à educação para o trânsito, e fiscalizar seu cumprimento;

II - fixar, mediante normas e procedimentos, a padronização de critérios técnicos, financeiros e administrativos para a execução das atividades de trânsito;

III - estabelecer a sistemática de fluxos permanentes de informações entre os seus diversos órgãos e entidades, a fim de facilitar o processo decisório e a integração do Sistema.

**Gabarito:** Letra E.

(CESPE/PRF/2019)

**22) Com relação ao Sistema Nacional de Trânsito, julgue o seguinte item.**

O CONTRAN é o órgão máximo executivo de trânsito da União, cabendo a coordenação máxima do Sistema Nacional de Trânsito ao Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN).

**Comentário:**

CTB/97. Art. 7º **Compõem o Sistema Nacional de Trânsito** os seguintes órgãos e entidades:

I - o **Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN**, coordenador do Sistema e **órgão máximo normativo e consultivo**;

## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

CTB/97. Art. 9º O **Presidente da República** designará o ministério ou órgão da Presidência responsável pela coordenação máxima do Sistema Nacional de Trânsito, ao qual estará **vinculado o CONTRAN** e **subordinado o órgão máximo executivo de trânsito da União**.

Atenção!	
Órgãos	Competência
<b>CONTRAN</b>	Coordenador do Sistema Nacional de Trânsito e <u>órgão máximo normativo e consultivo</u> ).
Ministério da Infraestrutura	Coordenador máximo do <b>Sistema Nacional de Trânsito</b> .
CETRAM/CONRADIF	Órgãos normativos, consultivos e coordenadores dos <b>Estados e do DF</b> ;
<b>DENATRAN</b>	<u>Órgão máximo executivo de trânsito da União</u> ;
DETRAN	Órgão executivo de trânsito dos <b>Estados</b> ;
DNIT	Órgão executivo rodoviário de trânsito da <b>União</b> ;
DER	Órgão executivo rodoviário de trânsito dos <b>Estados</b> .

Dica!	
Começou com D é Órgão Executivo.	Começou com C é Órgão Normativo e Consultivo.
<b>DENATRAN/DETRAN/DNIT/DER</b>	<b>CONTRAN/CETRAM/CONRADIF</b>

**Gabarito:** Errado.

(Quadrix/CREF - 13ª Região (BA-SE)/2018)

**23) Com relação ao Sistema Nacional de Trânsito (SNT), julgue o próximo item.**

O SNT é um órgão subordinado ao Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

**Comentário:**

O CONTRAN faz parte do conjunto de órgãos e entidades que integra o Sistema Nacional de Trânsito – SNT.

CTB/97. Art. 9º O **Presidente da República** designará o ministério ou órgão da Presidência responsável pela coordenação máxima do Sistema Nacional de Trânsito, ao qual estará **vinculado o CONTRAN** e **subordinado o órgão máximo executivo de trânsito da União (DENATRAN)**.

Dica!	
<b>CONTRAN</b>	<b>DENATRAN</b>
<b>VINCULADO ao Ministério ou ao órgão.</b>	<b>SUBORDINADO ao Ministério ou ao órgão.</b>

**Gabarito:** Errado.

(INSTITUTO AOCP/ADAF - AM/2018)

**24) O Sistema Nacional de Trânsito é formado por vários órgãos, sendo que alguns são executivos e outros normativos. Assinale a alternativa que apresenta o órgão máximo normativo dos Estados.**

- A) DETRAN.
- B) CONTRANDIFE.
- C) SSP.
- D) CETRAM.
- E) PM.

**Comentário:**

Atenção!	
Órgãos	Competência
<b>CONTRAN</b>	Coordenador do Sistema Nacional de Trânsito e <u>órgão máximo normativo e consultivo</u> ).
Ministério da Infraestrutura	Coordenador máximo do <b>Sistema Nacional de Trânsito</b> .
<b>CETRAM/CONRADIF</b>	<u>Órgãos normativos, consultivos e coordenadores dos Estados e do DF</u> ;
<b>DENATRAN</b>	Órgão máximo executivo de trânsito da <b>União</b> ;
DETRAN	Órgão executivo de trânsito dos <b>Estados</b> ;
DNIT	Órgão executivo rodoviário de trânsito da <b>União</b> ;
DER	Órgão executivo rodoviário de trânsito dos <b>Estados</b> .



## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

Dica!	
Começou com D é Órgão Executivo. <b>DENATRAN/DETRAN/DNIT/DER</b>	Começou com C é Órgão Normativo e Consultivo. <b>CONTRAN/CETTRAN/CONTRADIF</b>

**Gabarito:** Letra D.

(CESPE/PRF/2020)

**25) A respeito do Sistema Nacional de Trânsito, julgue o item seguinte.**

O Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) é o órgão normativo e deliberativo máximo do Sistema Nacional de Trânsito e é composto por representantes de determinados ministérios e presidido pelo dirigente do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN).

**Comentário:**

O CONTRAN não é órgão deliberativo.

Dica!	
Começou com D é Órgão Executivo. <b>DENATRAN/DETRAN/DNIT/DER</b>	Começou com C é Órgão Normativo e Consultivo. <b>CONTRAN/CETTRAN/CONTRADIF</b>

CTB/97. Art. 10. O Conselho Nacional de Trânsito (Contran), com sede no Distrito Federal, tem a seguinte composição:

II-A - **Ministro de Estado da Infraestrutura**, que o **presidirá**;

**Gabarito:** Errado.

(CESPE/PRF/2021)

**26) Com relação ao Sistema Nacional de Trânsito (SNT), julgue o próximo item.**

Atualmente, o Sistema Nacional de Trânsito é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, órgão ao qual o Conselho Nacional de Trânsito está vinculado.

**Comentário:**

O CONTRAN faz parte do conjunto de órgãos e entidades que integra o Sistema Nacional de Trânsito – SNT.

CTB/97. Art. 9º O **Presidente da República** designará o ministério ou órgão da Presidência responsável pela coordenação máxima do Sistema Nacional de Trânsito, ao qual estará **vinculado o CONTRAN e subordinado o órgão máximo executivo de trânsito da União (DENATRAN)**.

CTB/97. Art. 10. O Conselho Nacional de Trânsito (Contran), com sede no Distrito Federal, tem a seguinte composição:

II-A - **Ministro de Estado da Infraestrutura**, que o **presidirá**;

**Gabarito:** Errado.

(FUNDATEC/Prefeitura de Santa Rosa - RS/2019)

**27) De acordo com o CTB, qual dos órgãos abaixo possui a competência de normatizar os procedimentos sobre aprendizagem, habilitação, expedição de documentos de condutores, e registro e licenciamento de veículos?**

- A) Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI.
- B) Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN.
- C) Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.
- D) Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.
- E) Conselhos Estaduais de Trânsito – CETRAN.

**Comentário:**

CTB/97. Art. 12. Compete ao **CONTRAN**:

X - **normatizar os procedimentos** sobre a aprendizagem, habilitação, expedição de documentos de condutores, e registro e licenciamento de veículos;

**Gabarito:** Letra D.

## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

(VUNESP/Semae de Piracicaba - SP/2019)

**28) Estabelecer as normas regulamentares referidas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e as diretrizes da Política Nacional de Trânsito, bem como criar as Câmaras Temáticas, é competência do**

- A) DETRAN.
- B) CETRAN.
- C) CONTRANDIFE.
- D) CIRETRAN.
- E) CONTRAN.

**Comentário:**

CTB/97. Art. 12. Compete ao **CONTRAN**:

I - estabelecer as normas regulamentares referidas neste Código e as diretrizes da Política Nacional de Trânsito;

IV - **criar Câmaras Temáticas**;

**Gabarito:** Letra E.

(INSTITUTO AOCP/Câmara de Cabo de Santo Agostinho - PE/2019)

**29) As câmaras temáticas, órgãos técnicos vinculados ao CONTRAN, são integradas por especialistas e têm como principal objetivo**

- A) responder às consultas que lhe forem formuladas, relativas à aplicação da legislação de trânsito.
- B) estudar e oferecer sugestões e embasamentos técnicos sobre assuntos específicos para decisões daquele colegiado.
- C) estabelecer as diretrizes do regimento das JARI
- D) julgar recursos interpostos contra decisões.

**Comentário:**

CTB/97. Art. 12. Compete ao **CONTRAN**:

IV - **criar Câmaras Temáticas**;

VI - **estabelecer as diretrizes** do regimento das **JARI**;

IX - responder às consultas que lhe forem formuladas, relativas à aplicação da legislação de trânsito;

CTB/97. Art. 13. As **Câmaras Temáticas**, órgãos técnicos vinculados ao **CONTRAN**, são integradas por especialistas e têm como **objetivo** estudar e oferecer sugestões e embasamento técnico sobre assuntos específicos para decisões daquele colegiado.

**Gabarito:** Letra B.

(CESPE/PRF/2019)

**30) Com relação a fiscalização de trânsito, julgue o item a seguir.**

Entre as câmaras temáticas vinculadas ao CONTRAN estão a de assuntos veiculares e ambientais e a de segurança para o trânsito.

**Comentário:**

CONTRAN – Resolução 883/21. Art. 2º Ficam criadas as seguintes **Câmaras Temáticas**:

I - de Assuntos **Veiculares, Ambientais** e Transporte Rodoviário (CTVAT);

II - de **Educação** para o Trânsito (CTEDUC);

III - de **Saúde** para o Trânsito (CTST);

IV - de **Engenharia de Tráfego e Sinalização de Trânsito** (CTET);

V - de **Esforço Legal** (CTEL); e

VI - de Gestão e Coordenação do PNATRANS (CTPNAT).

## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

**Gabarito:** Correto.

(CESPE/PRF/2021)

**31) Com relação ao Código de Trânsito Brasileiro, julgue o item seguinte.**

A Câmara Temática de Combate ao Transporte Ilícito de Drogas é uma das que compõem o Conselho Nacional de Trânsito.

**Comentário:**

### Tipos de Câmaras temáticas

Assuntos veiculares e ambientais;  
Educação e Saúde para o Trânsito;  
Engenharia de Tráfego e sinalização de trânsito;  
Esforço Legal;  
Transporte Rodoviário.

**Gabarito:** Errado.

(FCC/DETRAN-MA/2018)

**32) Considere:**

**I. Julgar os recursos interpostos pelos infratores.**

**II. Solicitar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma melhor análise da situação recorrida.**

**III. Encaminhar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações sobre problemas observados nas autuações e apontados em recursos, e que se repitam sistematicamente.**

**IV. Estimular e orientar a execução de campanhas educativas de trânsito.**

**V. Acompanhar e coordenar as atividades de administração, educação, registro e licenciamento dos veículos.**

**São de competência das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI o que se afirma APENAS em**

- A) I, II e IV.
- B) I, III e V.
- C) I, II e III.
- D) II, IV e V.
- E) III, IV e V.

**Comentário:**

Itens I, II e III: Corretos.

CTB/97. Art. 17. Compete às **JARI**:

I - **julgar os recursos** interpostos pelos infratores;

II - **solicitar** aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários **informações complementares** relativas aos recursos, objetivando uma melhor análise da situação recorrida;

III - **encaminhar** aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários **informações sobre problemas observados nas autuações e apontados em recursos**, e que se repitam sistematicamente.

Itens IV e V: Errados.

CTB/97. Art. 14. Compete aos Conselhos Estaduais de Trânsito - **CETTRAN** e ao Conselho de Trânsito do Distrito Federal - **CONTRANDIFE**:

IV - **estimular e orientar** a execução de campanhas educativas de trânsito;

## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

VIII - **acompanhar e coordenar as atividades de administração, educação**, engenharia, fiscalização, policiamento ostensivo de trânsito, formação de condutores, **registro e licenciamento de veículos**, articulando os órgãos do Sistema no Estado, reportando-se ao CONTRAN;

**Gabarito:** Letra C.

(VUNESP/Prefeitura de Itapevi - SP/2019)

**33) Integrante do Sistema Nacional de Trânsito, as JARIS têm a seguinte função:**

- A) cuidar da fiscalização das rodovias federais, em convênio com a Polícia Rodoviária Federal.
- B) elaborar diretrizes para a Política Nacional de Educação no Trânsito.
- C) supervisionar o processo de habilitação de condutores em parceria com as CIRETRANS.
- D) atualizar a sinalização de segurança de trânsito em conjunto com o CONTRAN.
- E) julgar recursos interpostos pelos infratores contra penalidades impostas pelos órgãos executivos de trânsito.

**Comentário:**

CTB/97. Art. 17. Compete às **JARI**:

I - **julgar os recursos interpostos pelos infratores**;

II - **solicitar** aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários **informações complementares** relativas aos recursos, objetivando uma melhor análise da situação recorrida;

III - **encaminhar** aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários **informações sobre problemas observados nas autuações e apontados em recursos**, e que se repitam sistematicamente.

**Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARIS**

O JARI é **JES: Julga, Encaminha e Solicita**.

**Gabarito:** Letra E.

(IBFC/Emdec/2019)

**34) O Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9503/1997, na Seção II do Capítulo II apresenta a composição e a competência do Sistema Nacional de Trânsito. Complete a lacuna do texto do Art. 16 a seguir.**

**“Junto a cada órgão ou entidade executivos de trânsito ou rodoviário funcionarão \_\_\_\_\_, órgãos colegiados responsáveis pelo julgamento dos recursos interpostos contra penalidades por eles impostas. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.**

- A) Conselhos Estaduais de Trânsito (CETTRAN);
- B) Entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- C) Entidades executivos de trânsito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- D) Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI).

**Comentário:**

CTB/97. Art. 16. Junto a cada órgão ou entidade executivos de trânsito ou rodoviário funcionarão **Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI, órgãos colegiados** responsáveis pelo julgamento dos recursos interpostos contra penalidades por eles impostas.

Parágrafo único. As JARI têm **regimento próprio**, observado o disposto no inciso VI do art. 12, e apoio administrativo e financeiro do órgão ou entidade junto ao qual funcionem.

**Gabarito:** Letra D.

(VUNESP/Semae de Piracicaba - SP/2019)

**35) Dirimir conflitos sobre circunscrição e competência de trânsito no âmbito dos Municípios, de acordo com o artigo 14 do CTB, é competência**

- A) do CIRETRAN.
- B) do CETTRAN
- C) da Câmara Temática do Município.
- D) da Engenharia de Tráfego.
- E) da Câmara Municipal.

**Comentário:**

## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

CTB/97. Art. 14. Compete aos Conselhos Estaduais de Trânsito - **CETTRAN** e ao Conselho de Trânsito do Distrito Federal - **CONTRANDIFE**:

IX - **dirimir conflitos** sobre circunscrição e competência de trânsito no âmbito dos **Municípios**; e

**Gabarito:** Letra B.

(IBFC/Prefeitura de Cruzeiro do Sul - AC/2019)

**36) O Artigo 14 do Código de Trânsito Brasileiro indica as competências a serem exercidas pelos Conselhos Estaduais de Trânsito (CETTRAN) e ao Conselho de Trânsito do Distrito Federal (CONTRANDIFE). Dentre essas competências listadas, uma delas não faz parte das atribuições desses conselhos. Assinale a alternativa incorreta.**

- A) julgar os recursos interpostos pelos infratores.
- B) elaborar normas no âmbito das respectivas competências.
- C) responder a consultas relativas à aplicação da legislação e dos procedimentos normativos de trânsito.
- D) estimular e orientar a execução de campanhas educativas de trânsito.

**Comentário:**

CTB/97. Art. 14. Compete aos Conselhos Estaduais de Trânsito - **CETTRAN** e ao Conselho de Trânsito do Distrito Federal - **CONTRANDIFE**:

V - **julgar os recursos** interpostos contra decisões:

a) das **JARI**;

b) dos **órgãos e entidades executivos estaduais**, nos casos de inaptidão permanente constatados nos exames de aptidão física, mental ou psicológica;

CTB/97. Art. 17. Compete às **JARI**:

I - **julgar os recursos** interpostos pelos infratores;

**Gabarito:** Letra A.

(CESPE/PRF/2020)

**37) A respeito do Sistema Nacional de Trânsito, julgue o item seguinte.**

A Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI) é um colegiado vinculado ao órgão aplicador de penalidade e tem competência para julgar recursos contra penalidades aplicadas por esse órgão.

**Comentário:**

CTB/97. Art. 16. Junto a cada órgão ou entidade executivos de trânsito ou rodoviário funcionará **Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI, órgãos colegiados** responsáveis pelo julgamento dos recursos interpostos contra penalidades por eles impostas.

**Gabarito:** Correto.

(VUNESP/Prefeitura de Serrana - SP/2018)

**38) Ao DENATRAN, Departamento Estadual de Trânsito, cabe entre outras atribuições, a de**

- A) legislar sobre os modelos de placas dos veículos.
- B) expedir a Carteira Nacional de Habilitação.
- C) alterar resoluções regulamentadas pelo CONTRAN.
- D) alterar os artigos dos crimes de trânsito.
- E) estabelecer critérios para padrões de placas de regulamentação.

**Comentário:**

CTB/97. Art. 19. Compete ao **órgão máximo executivo** de trânsito da **União**:

VII - **expedir** a Permissão para Dirigir, a Carteira Nacional de Habilitação, os Certificados de Registro e o de Licenciamento Anual mediante delegação aos órgãos executivos dos Estados e do Distrito Federal;

**Gabarito:** Letra B.

(FCC/DETRAN-SP/2019)

## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

### 39) Uma das competências do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) é:

- A) julgar os recursos interpostos contra decisões das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI).
- B) estabelecer as diretrizes do regimento das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI).
- C) proceder à supervisão, à coordenação, à correição dos órgãos delegados, ao controle e à fiscalização da execução da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito.
- D) organizar e manter o Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM).
- E) supervisionar a implantação de projetos e programas relacionados com a engenharia, educação, administração, policiamento e fiscalização de trânsito e outras, visando à uniformidade de procedimentos.

#### Comentário:

Letra A: Errada.

CTB/97. Art. 14. Compete aos Conselhos Estaduais de Trânsito - **CETTRAN** e ao Conselho de Trânsito do Distrito Federal - **CONTRANDIFE**:

V - **julgar os recursos** interpostos contra decisões:

a) das **JARI**;

Letra B: Correta.

CTB/97. Art. 12. Compete ao **CONTRAN**:

VI - **estabelecer as diretrizes** do regimento das **JARI**;

Letra C: Errada.

CTB/97. Art. 19. Compete ao **órgão máximo executivo** de trânsito da **União**: (**DENATRAN**)

II - proceder à supervisão, à coordenação, à correição dos órgãos delegados, ao controle e à fiscalização da execução da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

Letra D: Errada.

CTB/97. Art. 19. Compete ao **órgão máximo executivo** de trânsito da **União**:

IX - **organizar e manter** o Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM;

Letra E: Errada.

CTB/97. Art. 19. Compete ao **órgão máximo executivo** de trânsito da **União**:

V - supervisionar a implantação de projetos e programas relacionados com a engenharia, educação, administração, policiamento e fiscalização do trânsito e outros, visando à uniformidade de procedimento;

**Gabarito:** Letra B.

(Quadrix/CRMV-AM/2020)

### 40) Com base na Lei n.º 9.503/1997, julgue o item.

Compete ao Contran efetuar o levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas.

#### Comentário:

CTB/97. Art. 20. Compete à **Polícia Rodoviária Federal**, no âmbito das rodovias e estradas **federais**:

IV - efetuar levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas;

**Gabarito:** Errado.

(Quadrix/CRMV-AM/2020)

### 41) Com base na Lei n.º 9.503/1997, julgue o item.

@Quebrandoquestões

**Q2**

## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

Compete à Polícia Rodoviária Federal, no âmbito das rodovias federais, realizar o patrulhamento ostensivo.

**Comentário:**

CTB/97. Art. 20. Compete à **Polícia Rodoviária Federal**, no âmbito das rodovias e estradas **federais**:

II - **realizar o patrulhamento ostensivo**, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

**Gabarito:** Correto.

(CESPE/PRF/2019)

**42) Com relação ao Sistema Nacional de Trânsito, julgue o seguinte item.**

A Polícia Rodoviária Federal integra o Sistema Nacional de Trânsito, competindo-lhe, no âmbito das rodovias e estradas federais, implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito.

**Comentário:**

CTB/97. Art. 7º **Compõem o Sistema Nacional de Trânsito** os seguintes órgãos e entidades:

V - a **Polícia Rodoviária Federal**;

CTB/97. Art. 20. Compete à **Polícia Rodoviária Federal**, no âmbito das rodovias e estradas **federais**:

VIII - **implementar as medidas** da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito;

Atenção!	
Órgãos	Competência
CONTRAN	Estabelecer as normas regulamentares referidas neste Código e as diretrizes da Política Nacional de Trânsito;
CETTRAN/CONTRANDIFE	Estimular e orientar a execução de campanhas educativas de trânsito;
DENATRAN	Articular-se com os órgãos dos Sistemas Nacionais de Trânsito, de Transporte e de Segurança Pública, objetivando o combate à violência no trânsito, promovendo, coordenando e executando o controle de ações para a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito;
PRF	Implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito;
Órgãos Executivos Rodoviários	Promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;
DETRAN	Promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;
Órgãos Municipais	Promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

**Gabarito:** Correto.

(FCC/DETRAN-SP/2019)

**43) De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, compete aos Conselhos Estaduais de Trânsito (CETTRAN) e ao Conselho de Trânsito do Distrito Federal (CONTRANDIFE)**

A) implementar as medidas da Política Nacional de Trânsito e de Educação de Trânsito.

B) efetuar levantamento de locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas.

C) encaminhar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações sobre problemas observados nas autuações e apontados em recursos.

D) supervisionar a implantação de projetos e programas relacionados com a engenharia, educação, administração, policiamento e fiscalização do trânsito e outros, visando à uniformidade de procedimento.

E) estimular e orientar a execução de campanhas educativas de trânsito.

**Comentário:**

Letra A: Errada.

CTB/97. Art. 20. Compete à **Polícia Rodoviária Federal**, no âmbito das rodovias e estradas **federais**:

## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

VIII - **implementar as medidas** da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito;

Letra B: Errada.

CTB/97. Art. 20. Compete à **Polícia Rodoviária Federal**, no âmbito das rodovias e estradas **federais**:

IV - **efetuar levantamento dos locais de acidentes de trânsito** e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas;

Letra C: Errada.

CTB/97. Art. 17. Compete às **JARI**:

III - **encaminhar** aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários **informações sobre problemas observados nas autuações e apontados em recursos**, e que se repitam sistematicamente.

Letra D: Errada.

CTB/97. Art. 19. Compete ao **órgão máximo executivo** de trânsito da **União**:

V - **supervisionar** a implantação de projetos e programas relacionados com a engenharia, educação, administração, policiamento e fiscalização do trânsito e outros, visando à uniformidade de procedimento;

Letra E: Correta.

CTB/97. Art. 14. Compete aos Conselhos Estaduais de Trânsito - **CETTRAN** e ao Conselho de Trânsito do Distrito Federal - **CONTRANDIFE**:

IV - **estimular e orientar** a execução de campanhas educativas de trânsito;

**Gabarito:** Letra E.

(VUNESP/Prefeitura de São Bernardo do Campo - SP/2018)

**44) De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, compete ao CONTRAN**

A) estabelecer e normatizar os procedimentos para a aplicação das multas por infrações, a arrecadação e o repasse dos valores arrecadados.

B) credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos.

C) dirimir conflitos sobre circunscrição e competência de trânsito no âmbito dos Municípios.

D) indicar um representante para compor a comissão examinadora de candidatos portadores de deficiência física à habilitação para conduzir veículos automotores.

E) efetuar levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas.

**Comentário:**

Letra A: Correta.

CTB/97. Art. 12. Compete ao **CONTRAN**:

VIII - **estabelecer e normatizar os procedimentos** para o enquadramento das condutas expressamente referidas neste Código, para a fiscalização e a aplicação das medidas administrativas e das penalidades por infrações e para a arrecadação das multas aplicadas e o repasse dos valores arrecadados;

Letra B: Errada.

CTB/97. Art. 20. Compete à **Polícia Rodoviária Federal**, no âmbito das rodovias e estradas **federais**:

V - **credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança** relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

Letra C: Errada.



## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

CTB/97. Art. 14. Compete aos Conselhos Estaduais de Trânsito - **CETTRAN** e ao Conselho de Trânsito do Distrito Federal - **CONTRANDIFE**:

IX - **dirimir conflitos sobre circunscrição e competência de trânsito** no âmbito dos Municípios; e

Letra D: Errada.

CTB/97. Art. 14. Compete aos Conselhos Estaduais de Trânsito - **CETTRAN** e ao Conselho de Trânsito do Distrito Federal - **CONTRANDIFE**:

VI - **indicar um representante** para compor a comissão examinadora de candidatos portadores de deficiência física à habilitação para conduzir veículos automotores;

Letra E: Errada.

CTB/97. Art. 20. Compete à **Polícia Rodoviária Federal**, no âmbito das rodovias e estradas **federais**:

IV - **efetuar levantamento dos locais de acidentes de trânsito** e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas;

**Gabarito:** Letra A.

(CESPE/PRF/2019)

**45) Durante uma fiscalização do transporte rodoviário de produtos perigosos, um caminhão de transporte de carga não fracionada, vazio e não descontaminado, foi parado pelo policial rodoviário federal para uma fiscalização de rotina. O caminhão com peso bruto total (PBT) acima de 3,5 t transportou gasolina tipo A do terminal de combustível para a base da empresa distribuidora de combustível e voltava para novo carregamento por uma rodovia federal.**

**A partir dessa situação hipotética, julgue o próximo item.**

A PRF e a ANTT têm a incumbência da fiscalização do transporte rodoviário de produtos perigosos.

**Comentário:**

CTB/97. Art. 20. Compete à **Polícia Rodoviária Federal**, no âmbito das rodovias e estradas **federais**:

III - executar a fiscalização de trânsito, aplicar as penalidades de advertência por escrito e multa e as medidas administrativas cabíveis, com a notificação dos infratores e a arrecadação das multas aplicadas e dos valores provenientes de estadia e remoção de veículos, objetos e animais e de **escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas**;

ANTT – Resolução 5.848/19. Art. 1º Atualizar o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos realizado em vias públicas no território nacional.

**Gabarito:** Correto.

(Quadrix/CRMV-AM/2020)

**46) Com base na Lei n.º 9.503/1997, julgue o item.**

A execução da fiscalização de trânsito compete exclusivamente às polícias militares.

**Comentário:**

CTB/97. Art. 21. Compete aos órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição:

VI - **executar a fiscalização de trânsito**, autuar, aplicar as penalidades de advertência, por escrito, e ainda as multas e medidas administrativas cabíveis, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar;

CTB/97. Art. 22. Compete aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos **Estados e do Distrito Federal**, no âmbito de sua circunscrição:

V - **executar a fiscalização de trânsito**, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis pelas infrações previstas neste Código, excetuadas aquelas relacionadas nos incisos VI e VIII do art. 24, no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito;

## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

CTB/97. Art. 23. Compete às **Polícias Militares** dos Estados e do Distrito Federal:

III - **executar a fiscalização de trânsito**, quando e conforme convênio firmado, como agente do órgão ou entidade executivos de trânsito ou executivos rodoviários, concomitantemente com os demais agentes credenciados;

**Gabarito:** Errado.

(FUNDATEC/Prefeitura de Santa Rosa - RS/2019)

**47) Marlon é policial militar estadual. Segundo o CTB, qual das competências a seguir é atribuída a ele?**

- A) Aprovar, complementar ou alterar os dispositivos de sinalização e os dispositivos e equipamentos de trânsito.
- B) Indicar um representante para compor a comissão examinadora de candidatos portadores de deficiência física à habilitação para conduzir veículos automotores.
- C) Apurar, prevenir e reprimir a prática de atos de improbidade contra a fé pública, o patrimônio, ou a administração pública ou privada, referentes à segurança do trânsito.
- D) Coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal.
- E) Executar a fiscalização de trânsito, quando e conforme convênio firmado, como agente do órgão ou entidade executivos de trânsito ou executivos rodoviários, concomitantemente com os demais agentes credenciados.

**Comentário:**

Letra A: Errada.

CTB/97. Art. 12. Compete ao **CONTRAN**:

XI - **aprovar, complementar ou alterar** os dispositivos de sinalização e os dispositivos e equipamentos de trânsito;

Letra B: Errada.

CTB/97. Art. 14. Compete aos Conselhos Estaduais de Trânsito - **CETTRAN** e ao Conselho de Trânsito do Distrito Federal - **CONTRANDIFE**:

VI - **indicar um representante** para compor a comissão examinadora de candidatos portadores de deficiência física à habilitação para conduzir veículos automotores;

Letra C: Errada.

CTB/97. Art. 19. Compete ao **órgão máximo executivo** de trânsito da **União**:

IV - apurar, prevenir e reprimir a **prática de atos de improbidade** contra a fé pública, o patrimônio, ou a administração pública ou privada, referentes à segurança do trânsito;

Letra D: Errada.

CTB/97. Art. 20. Compete à **Polícia Rodoviária Federal**, no âmbito das rodovias e estradas **federais**:

VII - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal;

Letra E: Correta.

CTB/97. Art. 23. Compete às **Polícias Militares** dos Estados e do Distrito Federal:

III - **executar a fiscalização de trânsito**, quando e conforme convênio firmado, como agente do órgão ou entidade executivos de trânsito ou executivos rodoviários, concomitantemente com os demais agentes credenciados;

**Gabarito:** Letra E.

(VUNESP/Prefeitura de Itapevi - SP/2019)

## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

**48) As alterações do artigo 24, do CTB, feitas pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e Lei nº 13.281, acrescentaram para o órgão ou entidade de trânsito dos Municípios a competência de executar a fiscalização de infrações de**

A) circulação, estacionamento e parada.

B) circulação, estacionamento e parada em estacionamentos de edificações de uso público e edificações privadas de uso coletivo.

C) uso de vagas reservadas às pessoas obesas e gestantes em estacionamentos de edificações de uso público e edificações privadas de uso coletivo.

D) uso de vagas reservadas em estacionamentos de edificações de uso público e edificações privadas de uso coletivo.

E) uso de vagas reservadas às pessoas com deficiência em estacionamentos de edificações de uso público e edificações privadas de uso coletivo.

**Comentário:**

CTB/97. Art. 24. Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos **Municípios**, no âmbito de sua circunscrição:

VI - **executar a fiscalização de trânsito em vias terrestres**, edificações de uso público e edificações privadas de uso coletivo, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis e as penalidades de advertência por escrito e multa, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas neste Código, no exercício regular do poder de polícia de trânsito, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar, exercendo iguais atribuições no âmbito de edificações privadas de uso coletivo, **somente para infrações de uso de vagas reservadas em estacionamentos**;

**Gabarito:** Letra D.

(FCC/DETRAN-MA/2018)

**49) Atenção: A questão está alicerçada na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, consideradas as alterações posteriores e principais Resoluções.**

**Entre outras atribuições, compete aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, no âmbito de sua circunscrição,**

A) implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias.

B) credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível.

C) planejar e implantar medidas para redução de circulação de veículos e reorientação do tráfego, com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes.

D) conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal.

E) comunicar ao órgão executivo de trânsito da União a suspensão e a cassação do direito de dirigir e o recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação.

**Comentário:**

Letra A: Errada.

CTB/97. Art. 24. Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos **Municípios**, no âmbito de sua circunscrição:

X - implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;

Letra B: Errada.

CTB/97. Art. 20. Compete à **Polícia Rodoviária Federal**, no âmbito das rodovias e estradas **federais**:

V - **credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança** relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

CTB/97. Art. 24. Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos **Municípios**, no âmbito de sua circunscrição:

XII - **credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança** relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

Letra C: Errada.

CTB/97. Art. 24. Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos **Municípios**, no âmbito de sua circunscrição:

XVI - **planejar e implantar medidas para redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego**, com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;

Letra D: Errada.

CTB/97. Art. 24. Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos **Municípios**, no âmbito de sua circunscrição:

XVIII - **conceder autorização para conduzir veículos** de propulsão humana e de tração animal;

Letra E: Correta.

CTB/97. Art. 22. Compete aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos **Estados e do Distrito Federal**, no âmbito de sua circunscrição:

VIII - **comunicar ao órgão executivo de trânsito da União a suspensão e a cassação** do direito de dirigir e o **recolhimento** da Carteira Nacional de Habilitação;

**Gabarito:** Letra E.

(VUNESP/Prefeitura de Itapevi - SP/2019)

**50) Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos municípios, no âmbito de sua circunscrição:**

- A) executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis, por infrações de circulação, estacionamento e parada.
- B) assegurar a livre circulação de veículos nas rodovias federais.
- C) estabelecer procedimentos sobre a expedição de documentos de condutores.
- D) opinar sobre assuntos relacionados ao trânsito interestadual e internacional.
- E) alterar os manuais e normas de projetos de implementação da sinalização aprovados pelo CONTRAN.

**Comentário:**

Letra A: Correta.

CTB/97. Art. 24. Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos **Municípios**, no âmbito de sua circunscrição:

VI - **executar a fiscalização de trânsito em vias terrestres**, edificações de uso público e edificações privadas de uso coletivo, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis e as penalidades de advertência por escrito e multa, por **infrações de circulação, estacionamento e parada previstas** neste Código, no exercício regular do poder de polícia de trânsito, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar, exercendo iguais atribuições no âmbito de edificações privadas de uso coletivo, **somente** para infrações de uso de vagas reservadas em estacionamentos;

Letra B: Errada.

CTB/97. Art. 20. Compete à **Polícia Rodoviária Federal**, no âmbito das rodovias e estradas **federais**:

VI - **assegurar a livre circulação nas rodovias federais**, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de **medidas emergenciais**, e zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções e instalações não autorizadas;

Letra C: Errada.

CTB/97. Art. 19. Compete ao **órgão máximo executivo** de trânsito da **União**: (DENATRAN)

## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

VI - estabelecer **procedimentos sobre a aprendizagem e habilitação** de condutores de veículos, **a expedição de documentos de condutores**, de **registro e licenciamento** de veículos;

Letra D: Errada.

CTB/97. Art. 19. Compete ao **órgão máximo executivo** de trânsito da **União**: **(DENATRAN)**

XXIV - **opinar** sobre assuntos relacionados ao trânsito interestadual e internacional;

Letra E: Errada.

CTB/97. Art. 19. Compete ao **órgão máximo executivo** de trânsito da **União**: **(DENATRAN)**

XIX - organizar, elaborar, complementar e alterar os manuais e normas de projetos de implementação da sinalização, dos dispositivos e equipamentos de trânsito aprovados pelo **CONTRAN**;

**Gabarito:** Letra A.

**(IBFC/Prefeitura de Cabo de Santo Agostinho - PE/2019)**

**51) O Código de Trânsito Brasileiro, em seu Artigo 24, publica que compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições. Acerca da competência dos órgãos de trânsito do Município, analise as afirmativas abaixo.**

**I. Implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário.**

**II. Implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito junto ao Poder Legislativo para minimizar problemas de acidentes nas vias.**

**III. Coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas.**

**Assinale a alternativa correta.**

A) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.

C) Apenas a afirmativa I está correta.

D) Apenas a afirmativa III está correta.

**Comentário:**

CTB/97. Art. 24. Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos **Municípios**, no âmbito de sua circunscrição:

III - implantar, manter e operar o **sistema de sinalização**, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;

IV - **coletar dados estatísticos** e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;

**Gabarito:** Letra A.

**(INSTITUTO AOCP/ADAF-AM/2018)**

**52) É correto afirmar que compete à Polícia Militar**

A) planejar, projetar e regulamentar o trânsito nos municípios.

B) implantar o sistema de estacionamento rotativo.

C) registrar e licenciar veículos.

D) executar a fiscalização de trânsito, quando e conforme convênio firmado, como agente do órgão ou entidade executivos de trânsito ou executivos rodoviários.

E) aplicar medidas para redução de poluentes.

**Comentário:**

CTB/97. Art. 23. Compete às **Polícias Militares** dos Estados e do Distrito Federal:

III - **executar a fiscalização de trânsito**, quando e conforme convênio firmado, como agente do órgão ou entidade executivos de trânsito ou executivos rodoviários, concomitantemente com os demais agentes credenciados;

**Gabarito:** Letra D.

**(IBFC/Prefeitura de Vinhedo - SP/2020)**

## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

53) De acordo com as disposições do Código de Trânsito Brasileiro, sobre as competências dos órgãos e entidades executivos de trânsito dos municípios, no âmbito de sua circunscrição, analise as afirmativas abaixo.

I. Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições.

II. Planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas.

III. Fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I e III apenas
- B) II apenas
- C) II e III apenas
- D) I, II e III.

Comentário:

CTB/97. Art. 24. Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos **Municípios**, no âmbito de sua circunscrição:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de **veículos, de pedestres e de animais** e promover o desenvolvimento, temporário ou definitivo, da circulação, da segurança e das áreas de proteção de ciclistas;

VIII - fiscalizar, autuar e aplicar as **penalidades e medidas administrativas** cabíveis relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar;

Gabarito: Letra D.

(CESPE/PRF/2020)

54) A respeito do Sistema Nacional de Trânsito, julgue o item seguinte.

O órgão executivo rodoviário é previsto em todas as esferas (federal, estadual, distrital e municipal), e suas atribuições são comuns, diferenciando-se apenas a circunscrição onde são executadas.

Comentário:

CTB/97. Art. 7º Compõem o Sistema Nacional de Trânsito os seguintes órgãos e entidades:

IV - os órgãos e entidades **executivos rodoviários** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

CTB/97. Art. 21. Compete aos órgãos e entidades **executivos rodoviários** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição:

Gabarito: Correto.

(CESPE/PRF/2020)

55) A respeito do Sistema Nacional de Trânsito, julgue o item seguinte.

Constitui competência da PRF fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido em lei, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais.

Comentário:

CTB/97. Art. 20. Compete à **Polícia Rodoviária Federal**, no âmbito das rodovias e estradas **federais**:

XI - **fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores** ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais.

Gabarito: Correto.

(CESPE/PRF/2020)

@Quebrandoquestões

Q2

## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

### 56) Considerando a legislação de trânsito brasileira, julgue o item a seguir.

A PRF deve promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

**Comentário:**

CTB/97. Art. 20. Compete à **Polícia Rodoviária Federal**, no âmbito das rodovias e estradas **federais**:

IX - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

**Gabarito:** Correto.

(Quadrix/CRECI - 14ª Região (MS)/2021)

### 57) Acerca da legislação de trânsito, julgue o item.

Compete aos órgãos e às entidades executivos de trânsito dos municípios, no âmbito de sua circunscrição, implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias.

**Comentário:**

CTB/97. Art. 24. Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos **Municípios**, no âmbito de sua circunscrição:

X - implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;

**Gabarito:** Correto.

(Quadrix/CRECI - 14ª Região (MS)/2021)

### 58) Acerca da legislação de trânsito, julgue o item.

Compete à Polícia Rodoviária Federal implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito.

**Comentário:**

CTB/97. Art. 20. Compete à **Polícia Rodoviária Federal**, no âmbito das rodovias e estradas **federais**:

VIII - implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito;

**Gabarito:** Correto.

(CESPE/PRF/2021)

### 59) Considerando as resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e suas alterações, julgue o item que se segue.

A fiscalização de trânsito por videomonitoramento independe de sinalização na via e, em caso de infração, a autoridade ou o agente de trânsito responsável pela lavratura de auto de infração deve indicar, no campo observação, informações relativas ao modo de constatação da referida infração.

**Comentário:**

CONTRAN – Resolução 471/13. Art. 3º A fiscalização de trânsito mediante sistema de videomonitoramento **somente** poderá ser realizada nas vias que estejam devidamente sinalizadas para esse fim.

**Gabarito:** Errado.

(CESPE/PRF/2021)

### 60) Considerando as resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e suas alterações, julgue o item que se segue.

Para a medição de velocidade de veículos automotores elétricos, reboques e semirreboques em rodovias, utilizam-se medidores de velocidade do tipo fixo; entre estes, somente o medidor de velocidade do tipo fixo redutor deve obrigatoriamente ser dotado de display.

**Comentário:**

CONTRAN – Resolução 798/20. Art. 3º Os medidores de velocidade são do tipo:

I - **fixo**: medidor de velocidade com registro de imagem instalado em local definido e em caráter duradouro, podendo ser especificado como:

## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

a) **controlador**: medidor de velocidade destinado a fiscalizar o limite máximo de velocidade da via ou de seu ponto específico, sinalizado por meio de placa R-19; ou

b) **reductor**: medidor de velocidade, obrigatoriamente dotado de display, destinado a fiscalizar a redução pontual de velocidade estabelecida em relação à velocidade diretriz da via, por meio de sinalização com placa R-19, em trechos críticos e de vulnerabilidade dos usuários da via.

**Gabarito:** Correto.

(CESPE/PRF/2021)

**61) Considerando as resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e suas alterações, julgue o item que se segue.**

Como os reboques e os semirreboques são identificados somente por placa de identificação veicular (PIV) traseira, caso seja necessário, veículos equipados com engates para reboques ou com carroceria intercambiável deverão obrigatoriamente usar uma segunda PIV traseira.

**Comentário:**

CONTRAN – Resolução 780/19. Art. 4º É obrigatório o uso de segunda PIV traseira nos veículos equipados com engates para reboques ou carroceria intercambiável, transportando eventualmente carga que cobrir, total ou parcialmente, a PIV traseira.

**Gabarito:** Correto.

(CESPE/PRF/2021)

**62) Ainda com relação às resoluções do CONTRAN e suas alterações, julgue o item subsequente.**

Infração de trânsito concomitante é aquela em que o cometimento de uma infração tem como pressuposto o cometimento de outra.

**Comentário:**

Dica!	
Concomitante	Concorrente
Quando uma infração <b>não acarreta o cometimento de outra.</b>	Quando uma infração para acontecer <b>precisa do cometimento de outra.</b>

**Gabarito:** Errado.

(CESPE/PRF/2021)

**63) Ainda com relação às resoluções do CONTRAN e suas alterações, julgue o item subsequente.**

A circulação de veículos em via pode ocorrer a título precário, sendo vedado o transporte de passageiro que esteja em pé no veículo ou que tenha menos de dezoito anos de idade no caso de transporte de passageiros em veículos de carga ou misto.

**Comentário:**

CONTRAN – Resolução 508/14. Art. 5º Além das exigências estabelecidas nos demais artigos desta Resolução, para o transporte de passageiros em veículos de carga ou misto, é **vedado**:

I - transportar passageiros com idade **inferior a 10 anos**;

II - **transportar passageiros em pé**;

III - transportar cargas no mesmo ambiente dos passageiros;

IV - utilizar veículos de carga tipo basculante e boiadeiro;

V - utilizar combinação de veículos.

VI - transportar passageiros nas partes externas.

**Gabarito:** Errado.

(VUNESP/Prefeitura de Ilhabela - SP/2020)

**64) A Lei Federal nº 9.503 de 23.09.1997 definiu as atribuições dos órgãos municipais de trânsito. Dentre elas:**



## Disposições Preliminares e Sistema Nacional de Trânsito

- A) estabelecer procedimentos sobre a aprendizagem e habilitação de condutores de veículos, a expedição de documentos de condutores, de registro e licenciamento de veículos.  
B) realizar, fiscalizar e controlar o processo de formação, aperfeiçoamento, reciclagem de condutores.  
C) comunicar ao órgão executivo de trânsito da União a suspensão do direito de dirigir e o recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação.  
D) implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias.  
E) implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário no sistema viário de interesse metropolitano.

**Comentário:**

Letra A: Errada.

CTB/97. Art. 19. Compete ao **órgão máximo executivo** de trânsito da **União**: (**DENATRAN**)

VI - estabelecer **procedimentos sobre a aprendizagem e habilitação** de condutores de veículos, **a expedição de documentos de condutores**, de **registro e licenciamento** de veículos;

Letra B: Errada.

CTB/97. Art. 22. Compete aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos **Estados e do Distrito Federal**, no âmbito de sua circunscrição:

II - realizar, fiscalizar e controlar o processo de formação, de aperfeiçoamento, de reciclagem e de suspensão de condutores e **expedir e cassar Licença de Aprendizagem, Permissão** para Dirigir e Carteira Nacional de Habilitação, mediante delegação do órgão máximo executivo de trânsito da União;

Letra C: Errada.

CTB/97. CTB/97. Art. 22. Compete aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos **Estados e do Distrito Federal**, no âmbito de sua circunscrição:

VIII - **comunicar ao órgão executivo de trânsito da União a suspensão e a cassação** do direito de dirigir e o **recolhimento** da Carteira Nacional de Habilitação;

Letra D: Correta.

CTB/97. Art. 24. Compete aos órgãos e entidades **executivos** de trânsito dos **Municípios**, no âmbito de sua circunscrição:

X - implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;

Letra E: Errada.

CTB/97. Art. 24. Compete aos órgãos e entidades **executivos** de trânsito dos **Municípios**, no âmbito de sua circunscrição:

III - implantar, manter e operar o **sistema de sinalização**, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;

**Gabarito:** Letra D.

(CESPE/PRF/2021)

**65) Com relação ao Código de Trânsito Brasileiro, julgue o item seguinte.**

De acordo com as diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Trânsito, promover e participar de projetos e programas de educação e segurança é uma das competências da Polícia Rodoviária Federal.

**Comentário:**

CTB/97. Art. 20. Compete à **Polícia Rodoviária Federal**, no âmbito das rodovias e estradas **federais**:

IX - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

**Gabarito:** Correto.